

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A654 Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades /
Organizador Washington Tourinho Júnior, Telma
Bonifácio dos Santos Reinaldo. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0066-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.660220104>

1. História geral – Estudo e ensino. 2. Aprendizagem
histórica. I. Tourinho Júnior, Washington (Organizador). II.
Reinaldo, Telma Bonifácio dos Santos (Organizadora). III.
Título.

CDD 907

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



EPÍGRAFE

O saber se vai buscar
E é preciso sempre ler
Não perca oportunidade
Esse livro é pra você.

Júlia Constança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1..... 11

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA:
REFLEXÕES DE ESTUDIOSOS DO CAMPO

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201041>

CAPÍTULO 2..... 31

AS ESCOLAS HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E DOS
LIVROS DIDÁTICOS

Júlia Constança Pereira Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201042>

CAPÍTULO 3..... 47

FRAGMENTAÇÃO, SUPERFICIALIZAÇÃO E CONTROLE: OS MANUAIS DOS
PROFESSORES E A APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Washington Tourinho Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201043>

CAPÍTULO 4..... 68

APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS
E DESDOBRAMENTOS DE UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR DOCENTE EM
BACABAL-MA

Maria José dos Santos

Viviane de Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201044>

CAPÍTULO 5..... 87

APRENDIZAGEM HIGIÊNICA SÃ E PATRIÓTICA: UMA ANÁLISE DO CONGRESSO
PEDAGÓGICO DE 1920 EM SÃO LUÍS - MA

Mary Angélica Costa Tourinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201045>

CAPÍTULO 6..... 103

NEGAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO NEGRA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Marcelo Pagliosa Carvalho

Tanielle Cristina dos Anjos Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201046>

CAPÍTULO 7	127
PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA	
Marize Helena de Campos Adriana Regina Oliveira Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201047	
CAPÍTULO 8	151
EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR O PARFOR/HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS-MARANHÃO	
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201048	
CAPÍTULO 9	172
MESTRES OUVINTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO “HISTORIADOR” A PARTIR DO POEMA DRUMMONIANO	
Rogério de Carvalho Veras Larissa Aryane Lima Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201049	
CAPÍTULO 10	180
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ITAQUI BACANGA (MA), CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR	
Antonia da Silva Mota Flaviomiro Silva Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66022010410	
SOBRE OS AUTORES	198
SOBRE OS ORGANIZADORES	202

INTRODUÇÃO

APRENDIZAGEM HISTÓRICA: ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Washington Tourinho Júnior

Durante boa parte do século XX as discussões acerca do ensino de História ocorriam, em sua maioria, no campo da psicologia e da pedagogia a partir de referenciais da ciência histórica. Conceitos como: consciência histórica, didática da História, metodologia do ensino da História e processo ensino/aprendizagem, geralmente encontravam na psicologia e na pedagogia os seus espaços de discussão e ambientação, ficando o campo do conhecimento histórico relegado à posição de coadjuvante na construção das epistemologias e das metodologias relativas a tais conceitos, uma vez que as teorias que embasavam tais discussões estavam situadas em um dos dois campos, ou seja, os conceitos que davam estrutura e organicidade a estas discussões eram oriundos das teorias de autores como: Piaget, Skinner e Vigotski, (ligados ao campo da psicologia da educação) ou às análises de Bourdieu, Passeron, Alain Choppin e André Chervel (ligados ao campo da sociologia da educação). Aos referenciais oriundos da ciência histórica cabia a função de instrumento de espacialização teórica, cujo objetivo seria o de dar especificidade e identidade às discussões direcionadas ao ensino de História. Esta perspectiva dominou o campo de formação profissional da História até as últimas décadas do século XX. Noções como aprendizagem, didática e ensino eram apresentadas apenas em seus aspectos mais gerais e serviam de referência teórica e prática para todas as disciplinas da área de ensino (História, Geografia, Matemática, etc.). Um bom exemplo pode ser notado na forma como a disciplina didática era ministrada nos cursos de formação de professores, concebidos nesta modalidade como educadores

Ela (a didática) é ensinada, dentro dos currículos, separadamente das disciplinas profissionalizantes, quer seja nas licenciaturas em geral, quer seja nos cursos de pedagogia. Na prática do planejamento, execução e avaliação do ensino, superior ou médio, ela é apresentada como se fosse um conjunto de mecanismos assépticos e isolados de como fazer alguma coisa. (...) Mesmo existindo nos currículos disciplinas que discutiam os fundamentos da prática educacional, na maior parte das vezes, para não dizer sempre, ficam situadas como conteúdos a serem apreendidos isoladamente e não como posicionamentos a serem levados em consideração na prática diuturna do pesquisador. (LUCKESI, 2001, p 31)

A didática e, em decorrência, a noção de aprendizagem, conforme nos mostra Luckesi, são apresentadas como entes universais cuja aplicabilidade e conhecimento

independem da área onde são aplicadas provocando um descompasso entre a teoria e a prática profissional de ensino, mais precisamente, e no nosso caso, o professor de História. Convém lembrar que nas décadas de 80 e 90 do século XX a configuração dos cursos de formação gravitava em torno da cisão ensino/pesquisa ou, mais precisamente licenciado/bacharel.

Na primeira década do século XXI, estas discussões sofrem uma inversão. Tomando como ponto de partida, não mais os campos da Psicologia e da Pedagogia, mas os referenciais da Ciência Histórica, os conceitos acima mencionados passam a apontar para um novo paradigma nas discussões referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica. Segundo Maria Auxiliadora Schimidt o último quartel da década de 1990 e os primeiros anos deste século viram multiplicar-se os estudos referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica a partir dos referenciais da própria disciplina

No Brasil, as pesquisas sobre ensino e aprendizagem da História adquiriram grande impulso nas últimas décadas, o que pode ser observado pela expansão das linhas de pesquisa e pelo aumento da produção e da publicação nessa área. Esse boom pode ser também observado em outros países e tem provocado o aparecimento de domínios específicos na área do ensino de História, como o chamado campo da Educação Histórica que se desenvolveu em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Portugal e também no Brasil. (SCHIMIDT, 2014, p 42).

O crescimento das pesquisas no campo do ensino e aprendizagem histórica no Brasil segue uma tendência iniciada na Europa de reposicionamento das discussões sobre a didática da História a partir da noção de Educação Histórica, Cultura Histórica e Consciência Histórica. Estes três conceitos, observados sempre no plano relacional, tornar-se-ão centrais no desenvolvimento de teorias e metodologias específicas do campo da História.

As investigações e reflexões que têm ocorrido no âmbito do domínio teórico da Educação Histórica circunscrevem-se nas questões relacionadas aos estudos da consciência histórica como objeto e objetivo da didática da História, tendo como foco principal a aprendizagem histórica. Nesse sentido, a consciência histórica passa a ser uma categoria que serve para a autoexplicação da História como disciplina escolar, para a sua identificação como uma matéria específica e com uma metodologia própria (SCHIMIDT, 2014, p 42).

A Educação Histórica, vista como campo amplo de estudo funciona como meio para a formação da Consciência Histórica e para o entendimento dos modos de ensinar os temas e assuntos pertinentes à disciplina História. Segundo Barca (2001, p 13) a Educação Histórica constrói-se no momento em que assumimos o Ensino de História como uma disciplina com fundamentação teórica própria, constituindo-se como teoria e aplicação à educação de princípios decorrentes da cognição histórica. A cognição histórica, por sua vez, consiste em um processo de aprendizado e elaboração do conhecimento altamente especializado

fundamental na formulação da Consciência Histórica. É a partir da Consciência Histórica que a Cultura Histórica se constrói, ou seja a Cultura Histórica consiste na aplicação prática da Consciência Histórica. É neste plano relacional que Educação Histórica, Consciência Histórica e Cultura Histórica atuam para a construção do conhecimento Histórico

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (RÜSEN, 2011, pp36, 37).

Como vemos, Rüsen nos traz a necessidade de reorganizarmos os parâmetros epistemológicos que alicerçam o conhecimento Histórico apontando para a necessidade de reorganização de dois outros conceitos o de Didática da História e o de Aprendizagem Histórica. Ensinar História, para além da mera explicação do passado consiste, a partir desta reconfiguração conceitual, na adoção de um conjunto de desafios que conduzam o alunos a experienciar o seu tempo a partir da observação do tempo do outro, entendendo o seu lugar no tempo e criando perspectivas de futuro (RÜSEN, 2016). O pensamento histórico passa a ser concebido como um movimento mental extremamente dinâmico. A História, observada nesta perspectiva, deixa de ser entendida como um estudo cumulativo e linear, onde o entendimento do passado encerrava-se em si próprio. A História não é o passado. É a construção de um sentido na inter-relação do presente com o passado, repleto de significados (RÜSEN, 2016, p19).

A didática da História e a aprendizagem histórica assumiriam, a partir de então um protagonismo nos cursos de formação de professores de História. Tal protagonismo partiria da concepção da didática da História enquanto uma disciplina mediadora, ou seja uma disciplina que faria a mediação entre a teoria da História e as disciplinas ligadas a área de ensino de História. Para além da concepção da didática da História como um conjunto de métodos assépticos o que se impõe agora é a observação desta disciplina como um instrumento de construção do conhecimento histórico e como um vasto campo de pesquisa.

Assim, a didática coloca-se dentro dos parâmetros da metodização e da teorização da História, deixando de ser uma disciplina isolada no contexto do debate. A relação didática da História e da ciência histórica permite que a primeira torne relevante não apenas a pesquisa medial, mas sim, as categorias históricas que compõem a própria teorização da História. (CAIMI et al, 1999, pp 19-20).

A didática, enquanto disciplina e campo de pesquisa, incorpora ao seu campo epistemológico conceitos e métodos da ciência histórica atuando como um conjunto de

abordagens formalizadas direcionadas especificamente para o ensino da História na educação básica. Entendida como uma disciplina que possui em seu escopo elementos de pesquisa da vida prática, quer do profissional, quer do aluno da educação básica a didática da história constrói uma identidade vinculada “humbilicalmente” com a teoria da História, ou seja pesquisar, discutir e aplicar a didaticamente princípios educacionais no ensino de História só se torna possível se observados os princípios epistemológicos básicos da ciência histórica. A didática passa a desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica. (RÜSEN, 2011).

A didática da História se situa nesta relação direta com a ciência da história, na medida que se concebe como ciência do aprendizado histórico e não como ciência da transmissão do conhecimento histórico produzido pela ciência da história. (RÜSEN, 2012, p 16).

Ou seja, a didática da história assume o papel de ciência do aprendizado histórico e a aprendizagem histórica, por sua vez, é concebida como o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica (RÜSEN, 2012, p16). A aprendizagem histórica desenvolve-se na relação entre teoria histórica e vivência prática dos alunos, concretizando-se através de um conjunto de conceitos e competências históricas que se a apresentam no tempo. A aprendizagem histórica, liberada das amarras conceituais advindas da psicologia da aprendizagem, mas sem romper com elas, desenvolve-se enquanto um conjunto de operações mentais cognitivas determinados curricularmente pelo ensino de História. A aprendizagem histórica passa a agregar dois elementos inovadores (se assim podemos conceber): A experiência temporal e a localização espacial e teórica.

A experiência temporal consiste na observação do tempo em suas múltiplas dimensões: 1) O tempo passado ou do outro, aquele que é composto pelo conjunto de informações e análises que dá vida a ciência da história, as informações do passado, concebido aqui como um conjunto memorial e seletivo; 2) O tempo presente, o tempo do meu presente, aquele no qual eu me incluo e que constrói a minha localização espacial e a minha identificação primária. É neste tempo que as tensões e inquietações se colocam, é neste tempo que se apresentam duas noções estruturantes da teoria da história, a noção de verdade e de memória; 3) A relação dinâmica entre o passado e o presente produzindo as expectativas e ideias de futuro. Neste ponto observamos a construção de uma relação dinâmica entre memória, verdade, experiência e identidade. A observação dessas dimensões temporais são seguidas das noções de percepção, interpretação e motivação, fazendo com que a aprendizagem histórica articule constantemente conhecimento e experiência. A Narrativa histórica, a partir da noção de aprendizagem histórica, apresenta-se pois, como um processo mental, comucativamente realizado, no qual este contexto é criado, de forma que a experiência do passado torne-se a interpretação do presente e a

expectativa do futuro (RÜSEN, 2012, p75).

A localização espacial e teórica, pensada a partir da didática da história e da aprendizagem histórica situa-se na concepção de especialização do profissional ligado a área de ensino de História. Nesta perspectiva entende-se que para além da formação do profissional de História, existe a formação do professor de história. O profissional de História, neste sentido, seria o indivíduo formado na academia com funções gerais vinculado a análise dos princípios e fundamentos que perpassam todo tipo de conhecimento histórico, executando as suas atribuições a partir de um conjunto conceitual e metodológico advindo da teoria da História e da relação das mesmas com as disciplinas afins, numa interdisciplinaridade dinâmica e constante. O professor de História seria o profissional que, para além dos conhecimento dos princípios e fundamentos que perpassam a teoria da história, aplicaria estes princípios didaticamente, ou seja adotando a didática da História como campo de desenvolvimento de suas pesquisas e interpretações, concebendo a aprendizagem histórica como uma necessidade humana básica e intergeracional que se processa na relação entre professores e alunos.

A aprendizagem histórica consiste pois, em um processo que se estrutura através da ação desenvolvida no campo da didática da história de responsabilidade de professores profissionais, que formados enquanto historiadores profissionais especializam-se no campo da Educação Histórica, como idealizadores e operacionalizadores de conceitos e métodos ligados à didática da História, fundamentais para a formação da consciência histórica do aluno. Segundo Rüsen:

A relação da sociologia da cultura histórica com a Didática da História tem como resultado a aprendizagem. As disciplinas acadêmicas são respostas institucionalizadas para necessidades sociais. Os estudos históricos são uma resposta às questões sobre o tempo. Qual a questão respondida pela Didática da História? Nós precisamos de professores profissionais. Não só historiadores profissionais em sala de aula. O ponto de partida é a profissionalização de professores de história. Contamos com brilhantes teóricos do desenvolvimento da consciência moderna. Mas não existe nada parecido com o desenvolvimento da consciência histórica (2016, p 21).

A aprendizagem histórica, desenvolvida por professores profissionais, propicia ao aluno a ampliação do campo da experiência histórica através da noção das diversas dimensões temporais e do desenvolvimento da habilidade de compreender o passado como um construto memorial seletivo fundamental para a compreensão dos aspectos formativos e identitários do presente. Ao compreender e compreender-se no presente, o aluno será capaz de articular estas dimensões temporais seletivas de forma dinâmica e criativa articulando compreensão do mundo e de sua própria identidade. É através destes mecanismos, tanto epistemológicos, quanto metodológicos que o professor propicia ao aluno a possibilidade de Construir a habilidade de conformar as aspirações de cada um a

partir de uma ideia empiricamente plausível de mudança temporal (RÜSEN, 2016).

O estudo das conceitualizações e experiências ligadas à aprendizagem histórica, sob essa nova ótica, torna-se de vital importância para a renovação das discussões a respeito do ensino de História. É com este objetivo que a os professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão apresentam aos leitores o Livro **“Aprendizagem Histórica: Entre Conceitos e Experiências”**. Esta coletânea tem por objetivo apresentar as diversas formas de operacionalização do processo de aprendizagem histórica levada a cabo por alunos e professores do Mestrado, e as discussões apresentadas o âmbito da disciplina didática da História, com destaque para os conceitos e metodologias que embasam as ações articuladas entre professores e alunos da educação básica.

No primeiro capítulo intitulado “Didática da História como Ciência da Aprendizagem Histórica: reflexões de estudiosos de campo” Sandra Regina Rodrigues dos Santos faz uma extensa apresentação das discussões e análises realizadas por intelectuais brasileiros sobre três conceitos basilares da obra de Jörn Rüsen: Educação Histórica, Consciência Histórica e Didática da História, com destaques para as contribuições de Maria Auxiliadora Schimidt, Luís Fernando Cerri, Oldimar Cardoso e Estevam Rezende Martins. Através da análise destes autores e da apresentação das práticas de leitura que os mesmos utilizam ao apropriarem-se dos conceitos Rusenianos, Sandra Regina demonstra como as estratégias da aprendizagem, uma vez ancoradas nestas referências conceituais, atuam tanto no campo da educação formal, mais especificamente no Ensino de História, quanto no campo da educação informal, possibilitando a formação da consciência histórica do aluno.

No segundo capítulo, intitulado “As escolas Históricas e suas Influências na Escrita da História e dos Livros Didáticos”, Julia Constança Pereira Camelo, faz uma relação entre o referencial teórico construído a partir do Positivismo, do Materialismo Histórico e da Escola dos Annales e a forma de operacionalização dos mesmos na escrita da História e no ensino de História, com destaque para a escrita didática da História, ou seja aquela apresentada nos livros didáticos. Partindo da concepção de escola Histórica a autora apresenta os elementos que caracterizam uma escola histórica e as formas de ação conjunta que se apresenta nas mesmas, a partir deste ponto nomina as Escolas que servirão de referência, mais precisamente as escolas citadas acima, apontando as características mais gerais da cada escola analisada. Feito este exercício Júlia passa a buscar os elementos destas escolas presentes na escrita didática da História, apontando as diversas formas de operacionalização dos conceitos e as diversas estratégias encontradas pelos professores/autores para afirmar a sua escrita enquanto uma escrita didática que possibilite o processo de aprendizagem histórica do aluno. Este exercício consiste em uma análise fundamental do metamorfoseamento da escrita de referência, além de apontar as diversas m apropriações realizadas no âmbito da escrita didática.

No capítulo terceiro intitulado “Fragmentação, Superficialização e Controle: os manuais dos professores e a aprendizagem histórica”, Washington Tourinho Júnior define a relação entre os Manuais dos Professores, parte integrante dos Livros Didáticos utilizados pelos alunos e o processo de aprendizagem histórica. Constituídos com o objetivo de “facilitar e organizar” o trabalho realizado pelo professor dentro da sala de aula os manuais dos Professores vem assumindo um papel cada vez mais central na referência teórica do professor de História e, por conseguinte na relação ensino/aprendizagem. Transformados em um espaço de apresentação de conceitos, métodos, estratégias, temas e fontes ligados a teoria da História e à didática da História estes manuais passam a trazer no seu texto conceitos fundamentais para a aprendizagem histórica, apresentando autores de referência e fragmentos textuais, além de “sugestões” didáticas para o professor. Ao apresentar-se como um espaço de ampliação do conhecimento Os manuais dos Professores, estabelecem uma relação cada vez mais imbricada com os professores, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos e fragmentando o processo de aprendizagem histórica.

No quarto Capítulo Maria José dos Santos e Viviane Oliveira Barbosa, demonstram como o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, específico para a formação de professores elaborou e operacionalizou um processo de aprendizagem interdisciplinar analisando o Projeto Pedagógico Curricular do referido curso. Sob o título “Aprendizagem Histórica na Licenciatura em Ciências Humanas: desafios e desdobramentos de uma nova proposta curricular docente em Bacabal-MA” as autoras fazem uma análise do processo de implementação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas destacando as propostas de aprendizagem e as experiências vividas pelo corpo docente e discente no primeiro triênio de atuação do curso (2010-2013). Ao analisarem as formas de operacionalização das diretrizes curriculares do curso, as autoras apontam para os desafios enfrentados pelos docentes na implementação do PPC do curso na cidade de Bacabal, uma cidade de porte médio do estado do Maranhão, com uma população de 100.014 habitantes (de acordo com o censo de 2010, época da implantação do curso). Tal implementação, de acordo com as autoras repercute até hoje na cidade e nos municípios vizinhos, principalmente se levarmos em conta a trajetória profissional dos egressos do curso e a construção de um novo olhar para os cursos de licenciatura na região. Com destaque para a atuação e o planejamento coletivo realizado a cada semestre, Maria José e Viviane demonstram como a implementação do PPC do curso de forma dialogada e estrategicamente estruturada possibilitou o desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica através da atuação marcante de professores profissionais junto ao corpo discente de forma direta e aos alunos da educação básica de forma indireta.

No quinto capítulo, Mary Angélica Costa Tourinho analisa como a aprendizagem cumpriu, no decorrer da História do Brasil republicano, a função de construção do ideário de modernidade, nacionalidade e patriotismo. Intitulado “Aprendizagem Higiênica, São e

Patriótica: uma análise do congresso pedagógico de 1920 em São Luís – MA”, o capítulo aborda as discussões sobre aprendizagem que aconteceram durante o Congresso Pedagógico realizado no Maranhão na década de 1920. Apoiado no ideário positivista o 1º Congresso Pedagógico do Maranhão discutiu ideias e princípios educacionais ancorados nos conceitos de modernização, civilidade, urbanismo, nacionalidade e patriotismo. A perspectiva de uma aprendizagem que pudesse dar conta destes conceitos apresentava-se sob a forma de uma educação técnico-científica que tinham por finalidade o desenvolvimento de sentimentos de civismo e patriotismo fundamentais para a “formação dos futuros cidadãos da república”. O conceito de aprendizagem, de matiz iluminista e positivista, teria por função a construção do cidadão ordeiro e patriota, através de um processo de modernização das instituições educacionais que passariam a funcionar em sintonia com as teorias aplicadas no continente europeu. Ao analisar as discussões ocorridas no Congresso Pedagógico Mary Angélica demonstra a relação entre aprendizagem e formação cidadã, próprio de uma república em processo de afirmação.

No sexto capítulo Marcelo Pagliosa Carvalho e Tanielle Cristina dos Anjos Abreu analisam o papel do racismo na educação brasileira e por conseguinte no processo de aprendizagem do aluno, apontado aqui como um processo desigual e excludente. Sob o título “Negação Histórica dos Direitos Humanos da População Negra: Políticas Públicas para uma educação Antirracista” os autores apontam o papel desempenhado pelo racismo na manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira com destaque para a educação histórica. Marcelo e Tanielle apontam o racismo como um elemento estruturante na formulação do discurso pedagógico nacional, atuando como um elemento proliferador de diferenças no campo educacional e operacionalizador de uma aprendizagem histórica descaracterizadora do sujeito enquanto ser social diverso e altérico. Analisando princípios estabelecidos na Constituição Federal e as premissas estabelecidas na carta de direitos da ONU, os autores propõem todo um conjunto de práticas e estratégias que promovam uma inversão das políticas públicas no campo da educação buscando a construção de uma consciência histórica de acordo com a multiplicidade formativa da sociedade brasileira, em especial a população negra. Para tanto, apontam para a construção de uma aprendizagem histórica que rompa com o caráter excludente, patriarcal e racista da sociedade brasileira.

No sétimo capítulo intitulado “Projeto foco acadêmico – Eixo ensino (UFMA): Experiências no campo da História”, Marize Helena de Campos e Adriana Regina Oliveira Coelho apresentam uma experiência de trabalho com foco na Didática da História e na aprendizagem histórica. Analisando o papel desempenhado pelo projeto foco acadêmico, que consiste em um projeto de assistência estudantil que objetiva manter o aluno vinculado ao curso por meio de concessão de bolsas de estudo e trabalho, possibilitando ao mesmo o desenvolvimento de atividades nas áreas de pesquisa e extensão, as autoras descrevem as ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto “brinquedos que contam história: elementos

para um ensino-aprendizagem humano, criativo e dialogal. Partindo da historização da assistência estudantil no âmbito da educação nacional e da UFMA, Marize e Adriana, apontam o papel histórico desempenhado pela assistência estudantil e o impacto destes projetos na comunidade em que são aplicados. Do ponto de vista da aprendizagem histórica demonstram como a utilização de aspectos lúdicos, desde que obedecendo critérios epistemológicos e metodológicos da disciplina de referência (História) e do campo da pedagogia, tornam-se instrumentos fundamentais na formação da consciência histórica, através da adoção de uma didática da História e da operacionalização da aprendizagem histórica, campos fundamentais para a valorização do ensino de História e para a formação de uma cultura histórica.

No oitavo capítulo, intitulado “Experiências Formativas e Práticas Docentes no Ensino Superior: O PAFOR/História no município de Urbano Santos – Maranhão”, Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo aponta o papel desempenhado pelo Programa de Formação de Professores na especialização dos profissionais ligados a área de ensino de História. Com o objetivo de possibilitar aos professores atuantes na educação básica dos diversos municípios brasileiros, o PAFOR apresenta-se como um instrumento fundamental na profissionalização e especialização de professores ligados a área de História na educação básica. Como destaque neste capítulo a autora apresenta a readaptação do programa durante o período pandêmico e como, mesmo durante o fechamento temporário das universidades o PAFOR continuou cumprindo a tarefa de formar professores profissionais que possam atuar ativamente no campo da educação histórica possibilitando a formação de uma consciência histórica a partir da utilização da didática da história e da construção do processo de aprendizagem histórica, mesmo em meio a pandemia de COVID 19.

No nono capítulo os autores Rogério de Carvalho Veras e Larissa Aryane Lima Araújo analisam o uso de métodos interdisciplinares como forma de valorização do ensino de História e de aplicação de uma didática da História. Intitulado “Mestres Ouvintes: Concepções acerca do papel do “Historiador” a partir do poema Drummoniano” o capítulo aponta para o papel da interdisciplinaridade na construção do conhecimento histórico. Tomando por base o poema “Historiador” de Carlos Drummond de Andrade, os autores constroem um conjunto analítico tomando como referência o poema citado para, a partir dele, discutir aspectos fundamentais para a História como: o significado do Historiador para a sociedade, os aspectos fundantes da disciplina História e principalmente qual trabalho deve ser desenvolvido por este profissional do conhecimento. Partindo das interpretações feitas por Anibal Quijano, Henrique Dussel e Erick Hobsbawm, os autores, a partir do poema citado, tentam responder estas questões e suscitar um debate central na sociedade contemporânea, cabe ao historiador atender as demandas do grande capital, ou entranhar-se nos debates e demandas que se apresentam no campo da diversidade e da Colonialidade?

No décimo capítulo os autores Antônia da Silva Mota e Flaviomiro Silva Mendonça apresentam um exemplo de educação patrimonial como meio para a construção da consciência histórica do aluno. Com o título “Educação Patrimonial na Área Itaqui-Bacanga MA: Conscientizar para preservar”, os autores demonstram como a interdisciplinaridade consiste em uma ferramenta indispensável para a didática da História e, por conseguinte, para a aprendizagem histórica. O capítulo remete a um projeto de educação patrimonial desenvolvido em uma escola comunitária do bairro Itaqui-Bacanga. Conhecido pela extensa dimensão territorial e pelo elevado contingente populacional o Bairro/objeto foi transformado em um campo de educação interdisciplinar que agregava ao mesmo tempo a educação patrimonial e a educação histórica. Partindo da História do Bairro e da apresentação da sua configuração sociocultural os autores utilizam-se da didática da História para formação da consciência histórica dos alunos envolvidos, através do despertar do sentimento de pertença e da valorização do patrimônio material e imaterial do bairro, elevando sobremaneira a autoestima dos alunos. Ao buscar na Educação Patrimonial os mecanismos para a aprendizagem histórica os autores apontam o papel fundamental da associação de conceitos e metodologias sem a perda da identidade disciplinar.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. Educação Histórica, Uma Nova Área de Investigação. In **História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. 2. 2001. P 13-21. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>. Acesso em 21/10/2001

CAIMI, Eloísa Flávia Et. Al (org). **O livro didático e o Currículo de História em transição**. Passo Fundo. EDUPF. 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da Didática na Formação do Educador. In CANDAU, Vera Maria (org). **A Didática em Questão**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes. 2001. pp 25-34.

RÜSEN, Jörn. A Função da Didática da História: A Relação entre a didática da História e a Meta-História. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen, Contribuições para uma Teoria da Didática da História**. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2016. pp 13-42.

_____. **Aprendizagem Histórica: Fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Host Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen e Sibebe Paulino. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2012.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. pp 23-40.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. Cultura Histórica, Ensino e Aprendizagem de História: questões e possibilidades. In OLIVEIRA, Carla Mary S e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa. Ed. UFPB. 2014. pp 39-64.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ITAQUI BACANGA (MA), CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR

Antonia da Silva Mota

Doutora em História UFPE
Professora Associada da UFMA
Coordenadora do Profhistória/UFMA

Flaviomiro Silva Mendonça

Professor rede básica de ensino do Estado do Maranhão

O Itaqui-Bacanga é uma das áreas de maior população e, talvez, de maior contraste social da Região Metropolitana de São Luís. Localizado às margens do rio Bacanga, o espaço abriga a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Complexo Portuário do Itaqui, da mineradora Vale, a Estação Ferroviária, entre outros empreendimentos de grande, médio e pequeno porte. Ao passo disso, verifica-se uma grande movimentação financeira, cristalizada tanto em produtos, quanto em conhecimento científico. Por outro lado, cerca de trinta bairros periféricos foram se consolidando nesse espaço geográfico, carente de uma série de demandas, como saúde, infraestrutura, transporte e segurança. Mais ainda, de acordo com os dados policiais, a localidade é um dos grandes focos de tráfico de drogas. Lamentavelmente, muita vezes, o próprio ambiente familiar é fator preponderante para isso, pois alguns pais ou

familiares são dependentes químicos. Para completar, dados apontam que na localidade existe uma rivalidade acirrada entre duas facções criminosas, o “Bonde dos 40” e o “PCM”, que na disputa pelo mercado de drogas, acabam vitimando muitos jovens, alguns menores de idade. A triste realidade acaba influenciando negativamente na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças e adolescentes, moradores do local, marcados pela situação de vulnerabilidade social.

Em resposta a todos esses problemas sociais e pensando em ações positivas para área Itaqui Bacanga, em 2017, um grupo de jovens da comunidade, já formados, se mobilizou para propor um projeto que valorizasse todo seu potencial econômico e turístico, ressaltando seus atrativos históricos, culturais e naturais. Intitulado "EU AMO O ITAQUI-BACANGA", a iniciativa culminaria com uma feira cultural em uma das escolas comunitárias mais antigas do Anjo da Guarda, a Escola Comunitária Pinóquio. Atuante desde 1975, a escola oferece desde o Ensino Infantil até o Fundamental, tendo como entidade mantenedora o Grêmio Recreativo e Cultural Anjo da Guarda. No ano anterior, havíamos trabalhado somente com os potenciais turísticos da área e o sucesso foi enorme, fruto do esforço de todos os professores e alunos envolvidos. Centenas de alunos de escolas do entorno fizeram visita à Feira. Para tanto,

contamos com a ajuda de duas estudantes do curso de comunicação da UFMA, Amanda Carvalho e Larissa Pereira, que nos ajudaram em todas as etapas, inclusive elaborar o Logo da campanha e a mobilizar a imprensa, comparecendo a TV Cidade e o Jornal O Estado do Maranhão.



Figura 1: Layout do projeto EU AMO O ITAQUI-BACANGA

Fonte: Flaviomiro Mendonça, Amanda Carvalho e Larissa Pereira.

Então, como objetivo geral do projeto propomos o seguinte: conhecer e valorizar uma das áreas mais importantes da região metropolitana de São Luís, a Itaqui-Bacanga, com todo o seu potencial econômico e turístico, assim como seus atrativos históricos, culturais e naturais.

Quanto aos objetivos específicos, podemos destacar os seguintes:

- Despertar nos alunos e visitantes o apreço à história, cultura e recursos naturais da área;
- Levantar a autoestima dos estudantes/moradores locais, reagindo ao rótulo de área periférica mais violenta da cidade;
- Sensibilizar os alunos da Escola para arte em suas mais diversas expressões, como teatro, dança, fotografia, cultura popular etc.;
- Ampliar o grau de conhecimentos gerais dos alunos e visitantes sobre o ambiente em que vivem;

Quanto às estratégias do grupo, seguimos os seguintes passos: primeiramente foi feito um levantamento de pesquisas bibliográficas e visitas técnicas sobre os principais

potenciais econômicos e atrativos turísticos da área com os alunos e visitas aos locais mencionados, orientados pelos professores da escola. Com recursos bem limitados, sem apoio financeiro de organizações governamentais ou particulares, mesmo assim, conseguimos visitar o Parque Botânico da Vale, o Estaleiro Escola e a Igreja de São Joaquim do Bacanga, na Vila Maranhão, o mais antigo templo religioso em atividade da região. O ideal seria locarmos pelo menos quatro ônibus para essa atividade, mas não dispúnhamos de tais recursos.

Para exposição na Escola, previmos em nosso orçamento a necessidade de seis tendas e suportes para abrigar 14 banners-temáticos, com seus respectivos suportes. No entanto, conseguimos somente a impressão destes banners em uma editora parceira da escola. Quanto às tendas e aos suportes, que não adquirimos, serviriam para uma futura exposição itinerante em diversas escolas do Eixo Itaqui-Bacanga. Todo o material impresso está guardado na escola na esperança de que um dia essa itinerância possa ser concretizada.

Alguns meses antes da culminância do projeto, os professores realizaram, em parceria com o Laboratório de Fotografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), um pequeno curso de fotografia com dez alunos do ensino fundamental maior, na faixa etária de 11 a 14 anos, sendo um deles especial. O curso ministrado pela professora/coordenadora Áurea Costa teve como objetivo levar a fotografia como ferramenta de Educomunicação para a sala de aula, onde crianças e adolescentes teriam a oportunidade de conhecer a técnica da criação fotográfica compacta. Nessa atividade, os alunos tiveram aulas teóricas e práticas (estas intituladas “saídas fotográficas”). Dos locais escolhidos, priorizamos a própria área onde os alunos estão inseridos pelos laços histórico-culturais, como a Praça do Anjo, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Parque Botânico da Vale e o Sítio Tamancão/Estaleiro Escola. Cada aluno escolheu duas fotografias a serem expostas no dia da execução da Feira Cultural, que foi realizada em dezembro de 2017. Áurea Costa, professora do curso de fotografia (juntamente com Flaviomiro Mendonça), enfatiza que: “pegar a fotografia e ensinar a ver, olhar esse cotidiano de uma forma diferente e aprender o mundo por meio da fotografia, para eles é surpreendente.”

Viviane Sabala, em estudo de 2007, argumenta que a Educação Patrimonial no currículo da educação formal auxilia na criação e manutenção de vínculos entre a escola e o meio social. A autora destaca ainda:

A acessibilidade proporcionada aos estudantes, às informações, pois estas estão disponíveis no seu entorno e partem da realidade vivenciada. Os métodos Educação Patrimonial como processo educativo, aplicados em sala de aula com alunos do Ensino Fundamental e Médio, permitem priorizar práticas pedagógicas que envolvam a comunidade, possibilitando descobertas e partilha de conhecimentos elaborados e adquiridos (SABALA, 2007, p. 24).

De fato, vimos esse processo ocorrer na referida Escola Comunitária. No dia sete de dezembro, realizamos a Feira Cultural de 2017, a terceira realizada na Escola. As salas de aula transformaram-se em salões de exposição, constituindo-se em uma aula diferente para todos. O monitoramento dos banners explicativos sobre cada tema abordado coube aos alunos, todos vestidos com a camiseta do projeto. A exposição fotográfica foi outro atrativo à parte, pelo belo enquadramento e boa iluminação captada pelos olhares dos alunos participantes do curso. Algumas manifestações tradicionais da área foram caracterizadas pelos alunos, como o Bumba Meu Boi, a Dança do Côco, o Bloco Tradicional, dentre outros. Até o lanche estava em sintonia com uma das grandes festas que acontece anualmente: a Festa da Macaxeira, realizado no bairro Gapara, com direito a tortas, sorvetes, caldos e macaxeira cozida. Tudo isso foi registrado pelo jornal O Estado e pela TV Mirante e exibido no programa JMTV.



Figura 2: Exposição feita pelos alunos.

Fonte: acervo particular de Flaviomiro Mendonça.

Nesse momento, recordamos as observações do teórico Vygotsky, que afirma que as crianças ao entrarem em contato com a cultura sempre ocorre um desenvolvimento, fruto de sua interação com outros indivíduos e com o meio, isto é, “o desenvolvimento humano tem nas relações sociais sua mola propulsora” (PILETTI, 2015: 93). Nesse processo, a criança é vista como sujeito ativo que está assimilando e enriquecendo dentro do contexto cultural. Ela está interagindo, trocando experiências e ideias possibilitando o conhecimento. Nesse caso, a aprendizagem é uma consequência da experiência social.

Outro ponto bastante interessante, é que a aprendizagem antecede o período escolar. O aluno já tem um conhecimento prévio de algo, mesmo restrito, antes da aprendizagem escolar que é sistematizada, colaborando para o seu desabrochar:

Tomemos como ponto de partida, o fato de que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história. Por exemplo, a criança começou a estudar aritmética, mas já muito antes de ir à escola adquiriu determinada experiência referente à quantidade, encontrou já várias operações de divisão e adição, complexas e simples; portanto, a criança teve uma pré-escola de aritmética, e o psicólogo que ignora este fato está cego (VIGOTSKI, 2016: 109).

Então, para Vigotsky existem dois níveis de desenvolvimento. O primeiro é o desenvolvimento real, que seria o nível em que o sujeito se encontra; o segundo seria o nível proximal, que é o nível em que o sujeito tem de potencial. No intervalo entre esses dois níveis, teríamos a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), ou seja, a distância daquilo que o sujeito já sabe e daquilo que ele tem possibilidade de aprender. E nesse processo de aprendizagem o professor tem a função de mediador que motiva, cria estratégias para incentivar seus alunos a usar todo o seu potencial de conhecimento, que quando alcançado tal nível, poderão agir de forma completamente independente.

Nesta perspectiva, o professor constitui-se em um mediador entre conteúdos já abordados pelos homens e os alunos, de tal modo que propicia a formação e a transformação das funções psicológicas superiores (atenção voluntária, imaginação, pensamento, linguagem etc.) por meio da apropriação de conhecimentos e provocando neles a necessidade de apropriação permanente de novos conhecimentos" (PILETTI, 2015: 85).

Então, entendemos que a saída seria realizar a Educação Patrimonial, pois a área Itaqui – Bacanga possui potencial para o turismo, assim como toda a cidade de São Luís com seus encantos e magias, porém ainda é pouco explorado e conhecido até pela própria comunidade. O resultado da pesquisa bibliográfica indicou os principais atrativos, que podem ser explorados pelo turismo:

O Parque Botânico da Vale – Localizado ao lado de um dos maiores bairros da cidade e o mais importante de toda a área, o Anjo da Guarda. Mantida pela Vale, o antigo local outrora abrangia alguns sítios, que anos depois foi adquirida pela antiga CVRD (hoje somente minerador Vale), há mais de três décadas. Possui mananciais, flora e fauna diversificada, pré-requisitos indispensáveis para se tornar um lindo parque botânico, espaço de lazer e educação ambiental atendendo uma gama de visitantes que vem de diversas localidades, nacionais e estrangeiras.

O Sítio Tamancão e Estaleiro-Escola - Datada do século XIX, servia de fábrica

de beneficiamento de arroz, que já em tempos de outrora, foi um dos mais importantes produtos exportados pelo Maranhão. Hoje, boa parte do sítio está revitalizado e abrange o Estaleiro-Escola, onde são ofertados aos jovens de baixa renda vários cursos e oficinas, com destaque para o ofício secular da carpintaria naval. Além de todo esse trabalho socioeducativo, o estaleiro possui um belíssimo e rico museu que serve para valorizar as nossas embarcações tradicionais, com destaque para as bianas (embarcação genuinamente maranhense). Na outra parte do sítio, encontramos a casa-grande, hoje restaurada, que servia exclusivamente para moradia, cuja proprietária do local foi uma das pessoas mais emblemáticas de toda a História do Maranhão, a histórica e lendária Ana Jansen.

A Ponta do Bonfim – Dessa ponta tem-se uma vista espetacular para o Centro Histórico de São Luís, do bairro São Francisco e praia da Ponta D’Areia.

As Praias da Guia e do Amor– Sem dúvida esta é uma das praias mais bonitas da área, dividida em dois trechos pelo Igarapé Anjo da Guarda. O primeiro trecho é composto de manguezais, casas e bares que atendem os banhistas e visitantes. O segundo trecho, sem presença de ação antrópica, é composto de belíssimas dunas e restingas. Também em frente à Ilha do Medo, encontra-se a Ponta da Guia, onde é possível encontrarmos ruínas de uma ermida secular, construída em pedra e cal, em homenagem a Nossa Senhora da Guia (protetora dos navegantes), que segundo o historiador César Marques, sua primeira edificação data de 1616. Seguindo mais adiante, temos outra praia, conhecida como “do Amor”. Além dos atrativos naturais e da construção histórica, nessas duas praias encontramos um complexo de camboas de pedra, erguidas pelos Tupinambás, grupos indígenas que tiveram contato com franceses e portugueses no início da colonização do Maranhão. São armadilhas de pesca, muito comuns no litoral maranhense. Devido ao grande fluxo de maré, os peixes nelas entravam e na maré vazante acabavam ficando presos, sendo apanhados em grande quantidade. Muitas “camboas” de pedra desapareceram ao longo dos séculos. Praticamente todas as existentes estão inativas, seja por causa do assoreamento ou pela retirada de suas pedras de arenito ferruginoso, muito utilizadas na construção civil.

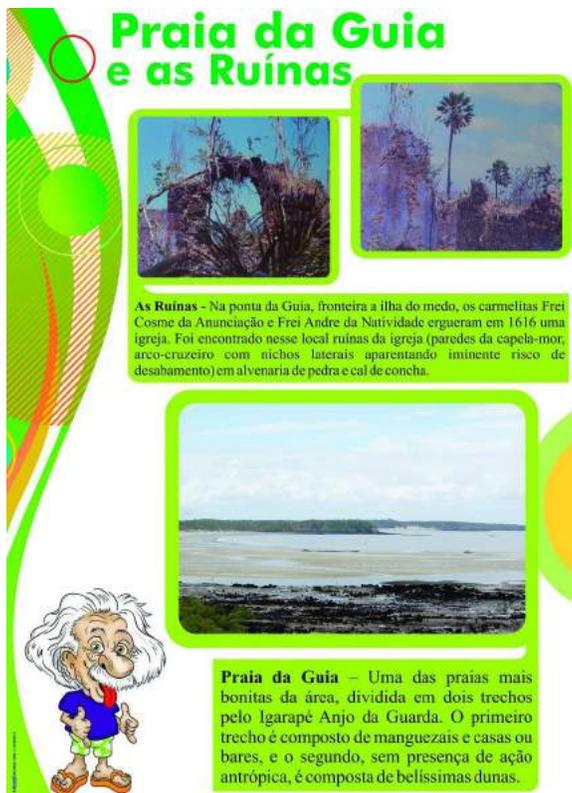


Figura 3: Banner sobre as ruínas da Ermida de N. S. da Guia.

Fonte: acervo particular de Flaviomiro Mendonça, 2017.

Em 2018, o trabalho de Educação Patrimonial teve continuidade na Escola Comunitária Pinóquio, dessa vez com a comemoração dos cinquenta anos do bairro Anjo da Guarda. Aproveitamos o material que já existia e acrescentamos mais, engajando os alunos também na campanha mundial de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama, uma vez que se deu no mês de outubro. Grande parte dos professores e alunos vestiram camisas rosas para expor os banners. A atividade teve grande aceitação dos pais e da comunidade, que participaram com entusiasmo da comemoração.



Figura 4 – Comemoração do aniversário do bairro Anjo da Guarda.

Fonte: acervo particular Flaviomiro Mendonça, 2018.

A escola toda se mobilizou, assim como os pais e a comunidade, chamando atenção da TV Mirante, que no programa semanal *Repórter Mirante* divulgou todas as ações ocorridas na escola e seu entorno. Justamente, esta era nossa proposta inicial, pois acreditamos que na educação formal,

A Educação Patrimonial deve ser uma proposta dinâmica e criativa de a escola se relacionar com o patrimônio de sua região e de sua localidade. A partir dessa ação, deve-se ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade, memória e tantas outras coisas que fazem parte da nossa vida, mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importantes elas são (IPHAN, 2013, p.08).

Infelizmente, em 2020, veio a pandemia de Covid-19 e as atividades na escola tiveram que se adaptar às medidas sanitárias de emergência mundial.

Educação Patrimonial nas plataformas digitais

Depois do trabalho exitoso de Educação Patrimonial na escola comunitária, o professor de História Flaviomiro Mendonça (por iniciativa própria e com o apoio do grupo de jovens acima citado) continuou o trabalho de valorização das riquezas culturais e naturais da área Itaqui Bacanga, agora pela internet, através de vídeos curtos veiculados pelo *Facebook* e canal do *Youtube*. Utilizando um celular simples, o historiador faz visita aos locais, filma e ressalta sua história e peculiaridades; também entrevista moradores, especialistas e visitantes, trazendo sua contribuição para o conhecimento de seus

estudantes e internautas.

Flaviomiro Mendonça, em seu cana no *Youtube*, aborda principalmente as temáticas dae Arqueologia, História, Geografia e Cultura do Maranhão, em especial a área Itaqui-Bacanga. Por exemplo, a Ermida da Guia teve visitas registradas em dois vídeos, ressaltando a importância desse sítio arqueológico, que podem ser visualizados no endereço <https://youtu.be/rMtnTRPczCE> ou <https://youtu.be/9cSTOvqMAcw>, disponível em 12/02/2021.



Figura 5 – “Print” de página do youtube.

Fonte: acervo particular de Flaviomiro Mendonça.

Os vídeos tiveram grande aceitação, sendo visualizados por quase duas mil pessoas, recebendo também muitos comentários de incentivo a continuidade do trabalho de educação nas plataformas digitais.

O grupo de jovens da Área Itaqui Bacanga, com suas ações de conscientização histórica e ambiental, tem mobilizado em suas iniciativas outros professores da rede pública de ensino, da universidade federal, profissionais do IPHAN e interessados na valorização da história local e do meio ambiente. Reconhecendo a justiça da Causa, vários desses “apoiadores” têm participado com seus conhecimentos da iniciativa da feitura dos vídeos domésticos publicados na internet. Sabemos que esta não é uma experiência isolada, pois existem outros professores utilizando as redes sociais para valorizar nossa história e meio ambiente, como é o caso do professor de Letras Tiago Oliveira, entusiasta das redes sociais na divulgação de conhecimentos sobre a História e Meio Ambiente da região banhada pelo rio Itapecuru, MA. Particularmente, nesses tempos de pandemia, com a redução da carga horária presencial, essa foi uma alternativa que permitiu que se continuasse o trabalho de

educação patrimonial.

As ruínas da Ermida de Nossa Senhora da Guia

Voltando às iniciativas do professor Flaviomiro Mendonça, que também tem experiência em Arqueologia, um dos atrativos da área Itaqui Bacanga que mais o impressiona são as Ruínas da Ermida localizada na Praia da Guia, erguido pela ordem dos Carmelitas.

A historiografia ressalta a contribuição das ordens religiosas no processo de colonização no Novo Mundo, seu importante papel de coadjuvante nas ações do Império português na América. Embora a historiografia oficial dê um enfoque especial às ações da Companhia de Jesus, muito por sua atuação política, são poucos os estudos que detalham e analisam as outras ordens nesse período, como os capuchinhos, os mercedários e os carmelitas. Ao final, sabemos que sem a ação dos missionários das diversas ordens - com sua habilidade para conseguir a adesão e colaboração das populações nativas, o Império português não teria o êxito que teve em ocupar tão vastas regiões e impor seu domínio sobre elas.

Antes de nos aprofundarmos sobre a ordem dos carmelitas, construtora da Ermida de Nossa Senhora da Guia, é relevante tomarmos conhecimento de alguns antecedentes históricos relacionados ao espaço onde foi erguido o templo. Nas primeiras décadas do século XVI, a coroa portuguesa não demonstrou interesse algum em povoar parte da América que lhe era de direito, conforme o Tratado de Tordesilhas, contestado por diversas nações europeias. Além do mais, nem havia recurso financeiro suficiente para iniciar uma colonização mais efetiva. Nesse mesmo período, o produto mais explorado pelos portugueses era o pau-brasil, atividade econômica que não precisava de colonos para sua extração. As experiências colonizadoras somente surgiram a partir de 1530. Como sabemos, em 1534, a colônia foi repartida em 15 faixas de terras, que ficaram conhecidas como capitânicas hereditárias. Os capitães donatários, que obtiveram a posse da terra tinha direito e compromisso de povoá-la. Ao historiador e autor de diversos livros, João de Barros, feitor da Casa da Índia, que logo se associou a Aires da Cunha, um nauta experiente, foi concedido a Capitania do Maranhão, com cinquenta léguas de costa. Com dez navios, novecentos homens e cento e três cavalos, Aires da Cunha juntamente com dois filhos do João de Barros partiram de Portugal em 1535 para uma expedição à capitania com finalidade imediata de povoamento da terra. Existem várias versões referentes à chegada dessa expedição ao Norte do estado do Brasil, todas apontando para um possível naufrágio. Uma delas cita que avistaram a Ilha do Maranhão em setembro de 1535, mas ao adentrarem pelo canal do Boqueirão, toda a esquadra acabou naufragando. Os sobreviventes desse desastre abrigaram-se em frente ao local do naufrágio e puseram o

nome do lugar de Nazaré (LIMA, 2006).

De acordo com os relatos do jesuíta José de Moraes (1987 [1759]: 22):

Forma-se este Boqueirão de uma ponta de terra, a que chamam Bonfim¹, e da ilha chamada do Medo a oeste da mesma barra. Nesta ponta se descobriram depois de muitos anos alguns vestígios de fortificação por umas pedras de cantaria, que se acharam e as não há em todo o Estado junto da qual pelo decurso do tempo erigiram os religiosos Carmelitas Calçados uma pequena ermida a que deram o título de Nossa Senhora da Guia.

Outro aspecto interessante sobre o espaço geográfico nos relatam os escritos do português Simão Estácio da Silveira (2001[1624]: 35), responsável pela instalação do Senado da Câmara em São Luís, do qual foi feito juiz:

Depois de fazerem na Ilha de São Luís (onde agora se chama o Boqueirão) uma fortaleza de que ainda ali estão alguns vestígios, em que se veem pedras brancas das de Alcântara, os consumiu o tempo, ou alguma desordem com o gentio, sem ficar outro rastro mais, que descobrimos agora um gentio, na comarca entre o rio Monin e o rio Itapecuru, que em tudo é diferente do outro gentio da terra, porque vivem em sobrados, comem pão de milho zaburro e não usam da farinha da mandioca nem de arcos e flechas, e por divisa criam barbas como os portugueses, e por isso os circunvizinhos os chamam de “barbados”.

O historiador Mário Meireles (2001:25) também acreditava que a povoação com o nome de Nossa Senhora de Nazaré pode ter perdurado até 1538. Não se sabe o motivo dela existir por tão pouco tempo, porém “os portugueses abandonando Nazaré, teriam se embrenhado nas matas, entre o Munin e o Itapecuru, dando origem à chamada tribo dos Barbados, aldeados entre Peritoró e Pirapemas”. Controvérsias à parte, no século seguinte, em 1616², os carmelitas frei Cosme da Anunciação e frei André da Natividade, ergueram uma pequena ermida, capela distante de uma povoação, sob a evocação de Nossa Senhora da Guia (SILVA F., 1998). Esses dois religiosos foram capelões da armada que acompanhou Alexandre de Moura, na expulsão dos franceses. Pelos seus feitos, Jerônimo de Albuquerque concedeu a eles a Ilha do Medo e mais duas léguas de terra onde construíram a ermida citada, que de acordo com César Marques (1870), já se encontrava “sumida inteiramente pelo poder destruidor do tempo”, época que escreveu seu famoso dicionário. Contudo, o arquiteto Olavo Silva Filho nos informa em sua obra sobre a arquitetura luso-brasileira no Maranhão que, “em 1973, encontramos neste local ruínas de uma igreja (paredes da capela-mor, o arco cruzeiro com nichos laterais, apresentando

1 Pode ter acontecido um equívoco quanto à denominação dessa ponta, pois Bonfim encontra-se um pouco mais distante, mas é na mesma região. O local poderia ser a ponta que posteriormente a chamariam de Guia, pois essa é mais próxima do Canal do Boqueirão.

2 Tomando como base os escritos de Bettendorff, onde cita que praticamente toda a cidade na época dos holandeses possuía edificações de taipa de mão e coberta de pindoba, assim acreditamos ser a primeira edificação da ermida da Guia, bem simples também. Já na segunda metade do século XVII, o missionário menciona reconstruções religiosas mais sólidas.

iminente risco de desabamento, e parte da parede da nave), tudo tomado pelo mato (1998)”.

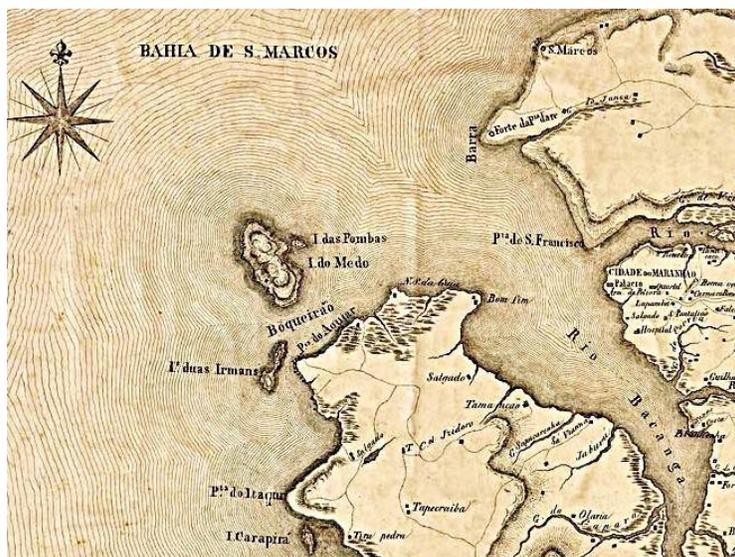


Figura 6 – Recorte do mapa da Ilha de São Luís do Maranhão, de 1820.

Fonte: Antônio Bernardino Pereira do Lago (1820).

Na obra de Cesar Marques (1870: 158), há um trecho que nos desperta muita atenção em referência ao local da ermida, “diz o ilustrado e incansável historiador do Brazil, o sr. Francisco Adolpho de Warnhagem a respeito d’ella o seguinte: parece que uma voz íntima nos diz, que naquela ermida jazem sepultados os veneráveis padrões da primeira tentativa frustrada de colonização do Maranhão”. Em outras palavras, Varnhagen levantou a hipótese de que neste lugar foram enterrados portugueses que morreram durante o naufrágio que ocorreu no Boqueirão, citado no início desse texto.

Conforme Olavo Pereira da Silva Filho, no artigo *Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão* in *São Luis, Ilha do Maranhão e Alcântara* (LOPES, 2008), os jesuítas, carmelitas, mercedários e antoninos, religiosos que se estabeleceram aqui no Maranhão, desde o século XVII construía seus templos para atender as necessidades da catequese, com nave e capela-mor. Tais construções tinham que obedecer a certos princípios: “o direito canônico orientou as frontarias das igrejas para o poente, de forma de deixar o celebrante com face no nascente” (p. 59). Não obedeciam a essa orientação a Igreja de Santana e as capelas das Laranjeiras e a da Madre de Deus. E muito menos a Ermida de Nossa Senhora da Guia, erigida um pouco mais distante do núcleo original da cidade.

Mas por que será que deram esse título a um templo religioso distante do

agrupamento mais urbanizado? Acreditamos que a resposta a essa indagação encontramos nas memórias do jesuíta Bettendorff (2010) que viveu no Maranhão por trinta anos. Por ocasião da revolta de Beckman, em 1684, deu-se a primeira expulsão dos padres inacianos do Maranhão, em que forçosamente Bettendorff viajou para fora da ilha de São Luís. Nesse trajeto, passando pelo canal do Boqueirão, lembrou: “passamos felizmente as perigosas correntezas do Boqueirão, debaixo do patrocínio de Nossa Senhora da Guia, que ali se venera em sua capelinha, e chegamos até o meio do rio dos Mosquitos” (p. 419). De fato, para Igreja Católica, Nossa Senhora da Guia é um dos muitos títulos atribuídos à Virgem Maria, de forte devoção em Portugal, considerada a protetora dos navegantes. Nessas terras não foi diferente, também se tornou protetora dos navegantes, em especial os que velejavam pelo “temível” Boqueirão, na Baía de São Marcos.

Portanto, a ordem dos Carmelitas esteve nos inícios da Fundação de São Luís e Alcântara, sendo mencionados pelos cronistas regionais, ainda que existam muitas informações desconhecidas que precisamos confirmar posteriormente, cruzando com outras fontes. Suas ações continuaram a se desenvolver no século XVIII, sendo que, no início do século XIX, estavam no auge, como atesta a referência feita pelos naturalistas Spix e Martius. Vindos de Caxias, ao passarem nas proximidades de Rosário, em 1819, posteriormente mencionaram a grandeza dos empreendimentos da referida ordem:

Na vizinhança dos armazéns, onde foram depositados os excedentes fardos de algodão, possui o Convento dos Carmelitas Calçados do Maranhão uma grande propriedade, a Fazenda do Carmo, ou Olaria, onde 90 escravos estão na maior parte ocupados no fabrico de louça de barro. [...] Além dessa muito lucrativa produção de louça, planta-se algum algodão na fazenda e cria-se gado bovino, apenas para o gasto da casa. É administrada a fazenda por um monge que, ao cabo de três anos, é substituído por outro irmão de hábito. Não é esta a única propriedade daquele convento rico, pois outra fazenda, sita no Rio Mearim, aparelhada com igual número de escravos, fornece-lhe principalmente o gado bovino para corte, e cultivam cana de açúcar. Além disso, têm os carmelitas, em frente da cidade do Maranhão, um Hospício de Nossa Senhora do Bonfim, de fato independente do convento, porém sob a fiscalização do vigário provincial, o qual também é suprema autoridade para os carmelitas do Pará, nomeado pelo provincial de Lisboa (1981, p. 240).

Segundo esse mesmo livro intitulado *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, após a expulsão dos jesuítas das duas províncias mais setentrionais do Brasil, muitos encargos que cabiam a esta ordem foram confiados aos religiosos do Monte Carmelo, “*tida em geral com estima pela operosidade com se se empenha na missão de converter os índios*”. Seguindo essas notícias esparsas, supomos que a decadência dos empreendimentos dos missionários no Império português ocorreu a partir das Reformas empreendidas pelo marquês de Pombal. A principal delas foi a liberdade concedida às populações indígenas, principal mão-de-obra utilizada nas iniciativas missionárias. Ainda, o Déspota esclarecido empreendeu ferrenha luta à Igreja Católica, levantando ampla campanha de difamação

contra os jesuítas que acabou por colocar sob suspeita todo o trabalho missionário nas colônias portuguesas. O ministro de D. José, à frente de um amplo projeto de centralização administrativa, alertava para o enriquecimento dessas ordens nas Américas, colocando-os como opositores dos interesses da Coroa.

A Independência política do Brasil, a Constituinte e a expansão das ideias iluministas representaram também duro golpe às ações evangelizadoras das organizações religiosas.

Consultando César Marques (1870), encontramos o relato de alguns fatos que podem dar um pontapé inicial para aprofundarmos em nossa investigação, algumas situações que representam sinais da crise da ordem dos Carmelitas no século XIX, no Maranhão. Após a Independência do Brasil, a ordem³ permaneceu vinculada a Portugal até a sua extinção nesse país. Sem governo, vão surgindo as desavenças. Por exemplo, o convento de Belém que era subordinado ao Maranhão, vincula-se à ordem do Rio de Janeiro. Outro acontecimento relevante foi o ocorrido em 1853. Enquanto seu superior, o provincial frei José de Santo Alberto Cardoso encontrava-se no interior da ilha, na fazenda Itapicuraíba⁴, os frades se reuniram para destituí-lo do cargo por se queixar da aspereza com que os tratava. Retornando a São Luís, ficou impedido de entrar no convento, sendo preciso a intervenção da polícia. Diante do episódio, o frei foi efetivamente substituído por Caetano de Santa Rita. Para piorar a situação, em 1855, o governo imperial proibiu a entrada de noviços nas ordens. Nesse período, os carmelitas estavam reduzidos somente a oito frades, isso contando com os da cidade de Alcântara.

A Proclamação da República, com a separação do Estado da Igreja representaram o fim de um ciclo, reduzindo sobremaneira o trabalho das ordens religiosas. Supomos ter sido nesse momento que as fazendas, olaria e convento tenham sido abandonados de vez em todo o Maranhão. Também a ermida da Guia caiu em desuso e foi abandonada pelos moradores de São Luís.

Há muito tempo o professor Flaviomiro Mendonça sabia da existência de uma ruína na Ponta da Guia, o que sempre lhe despertou enorme interesse. Entretanto, somente em 2019, decidiu organizar uma incursão⁵ para chegar até lá. Reuniu um grupo de interessados na Praia da Guia e atravessaram um canal, que na baixa-mar é possível atravessar a pé. Percorreram aproximadamente dois quilômetros beirando a praia até chegar numa antiga trilha que dava acesso ao sítio. Andando mais uns dez minutos, encontraram

3 Nos primeiros séculos do Brasil havia dois tipos de religiosos: os regulares e os seculares. Os primeiros eram aqueles que seguiam regras das ordens religiosas, como os carmelitas, os jesuítas, os mercedários, dentre outros, enquanto que os seculares estavam submetidos ao controle de uma diocese, que por sua vez, obedecia diretamente ao rei ou imperador, que os nomeava.

4 Esta propriedade vem só retificar a ideia de que boa parte da área, que hoje conhecida como Itaqui-Bacanga, pertenceu por séculos sob o domínio dos carmelitas. O bairro Anjo da Guarda, conhecido como o coração da área, está assentado na antiga fazenda referida.

5 Ao todo, o professor com seu grupo realizou três incursões na região antes de descobrir a localização aproximada da ermida abandonada.

duas mangueiras aparentemente centenárias, em meio à vegetação nativa composta principalmente de palmeiras de babaçu e de ariri, sinalizando que ali poderia ser o largo da igreja. Caminhando um pouco mais, identificaram a tão esperada ruína da Ermida de Nossa Senhora da Guia!



Figura 7 - Ruínas da Ermida de Nossa Senhora da Guia

Fonte: acervo particular de Flaviomiro Mendonça, 2019.

Nos informou César Marques (1870) que o templo já estava abandonado no século XIX. De sua estrutura original, que aparenta ser setecentista, dado sua rusticidade, restaram algumas paredes e colunas de grossas espessuras, com seguintes medições: 26 m de comprimento e 12 m de largura. Construída de pedra (arenito ferruginoso, muito encontrado na localidade) e cal de sarnambi, que dava maior consistência à argamassa. Devido à escassez de calcário no litoral maranhense, a cal comumente utilizada como material construtivo foi a de sarnambi, também conhecida como cal marinha, extraída das conchas. Consequentemente, muitos sítios *concheiros*, conhecidos como sambaquis, foram totalmente ou parcialmente destruídos, pois onde existia um forno de canal, também existia um sambaqui. Resultado da luta contra a ação do tempo, do frontispício atípico, não direcionado ao poente, nada lhe restou. No interior do templo religioso, distinguimos dois nichos, onde supomos se colocavam imagens de santos, também encontramos as paredes laterais de um arco cruzeiro, que até a década de 1970 era perceptível. Curiosamente, em Alcântara – do outro lado da baía de São Marcos, encontramos na Capela de Nossa Senhora do Desterro, na parede externa lateral ao frontispício, em um nicho de altar que

antes era colocado um sino, uma belíssima imagem de Nossa Senhora da Guia, em madeira policromada, de frente para o mar (LOPES, 2008). O que nos intriga é se seria essa a imagem que ficava na ermida em sua homenagem? Precisamos investigar mais a fundo, mas certamente, antes do templo entrar em ruínas, acreditamos que foi feito um resgate de todo seu acervo que ainda poderia ser aproveitado. Dos artefatos que se encontram em superfície, observamos fragmentos de faianças, tijolo sem furo, ladrilho cerâmico, telhas de estilo colonial e alguns objetos recentes utilizados em obrigações por devotos de religiões de matriz africana, como garrafas de bebidas, pratos, velas coloridas etc. Até o momento, não encontramos cantaria de pedra de lioz. Pode estar soterrada sobre os escombros das antigas paredes ou levadas para outro lugar. No lado direito da ruína, temos uma escada construída em blocos de pedra, que dá acesso a um antigo poço e à praia⁶. Outro detalhe importante é que a ponta é cercada por duas camboas, uma delas inteiramente intacta, do lado da Praia do Amor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao visitar as ruínas da Ermida de Nossa Senhora da Guia, logo uma indagação se coloca: como uma construção tão monumental e significativa foi abandonada por tanto tempo? Localizada na ponta da Guia, em frente à Ilha do Medo e ao Canal do Boqueirão, na Baía de São Marcos, onde ocorreram inúmeros naufrágios no período colonial e imperial. Construída no século XVII pelos frades da ordem dos Carmelitas, certamente para guiar os navegantes nessa passagem tão perigosa na chegada à ilha de São Luís do Maranhão. Neste mesmo século, a ordem religiosa dominava a região em frente à povoação inicial feita pelos portugueses. Possuíam olaria, fazendas de gado, plantações, casas, templos e convento. Os registros sobre seus empreendimentos (feitos com mão de obra indígena!) estão nos mapas do período e nas inúmeras referências nas crônicas regionais; assim como nas ruínas e vestígios arqueológicos que chegaram até nossos dias.

Certamente, o conhecimento produzido fundamentará as ações de preservação e valorização desse patrimônio cultural, que ameaça se perder com a urbanização acelerada da área Itaqui-Bacanga e a especulação imobiliária de toda a área costeira que vem se dando nas últimas décadas.

Uma pesquisa documental e dos artefatos encontrados fortalecerão os grupos de defesa do ambiente e da herança cultural da área Itaqui-Bacanga, como a Academia de Letras, Artes, Ciências e Agremiações Culturais da Área Itaqui-Bacanga – ALEART, e a Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga – ACIB. Adiantamos que profissionais do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - já estiveram na área da Ermida de Nossa Senhora da Guia e comprovaram sua relevância histórica, iniciando os trâmites

⁶ Em nossa última vista, na beira de um precipício próximo à escadaria, detectamos ruínas de um possível mirante (talvez do destacamento militar que existiu no Boqueirão).

burocráticos para tombamento da ruína e seu entorno. Os resultados da pesquisa, também beneficiarão as ações de Educação Patrimonial que vamos desenvolvendo na escola e nas plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

- ABEBVILLE, Claude D'. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. – 1 ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho Federal, 2010.
- BÓGEA, Katia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa, BRITTO, Stella Regina Sousa. **Arquitetura e arte religiosa no Maranhão**. São Luís: 3ª Superintendência Regional/IPHAN, 2008.
- BOSCHI, Caio C. (Coord.) **Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão Maranhense de Letras**, 2002.
- BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. Tradução de Ana Olga de Barros Barreto. – São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- BRANDI, Rafael de Alcântara (Orgs.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural, 2014.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. São Paulo, Martins fontes, 1995, v. 1.
- HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: Iphan, 2013.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. v.1, ABC editora. Rio/ São Paulo/ Fortaleza, 2003.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão – Vol. I, II e III**. 2 ed. revista e ampliada – São Luis: Instituto Geia, 2006.
- LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1969.
- LOPES, José Antônio Viana (org). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. – ed. bilíngue. – Sevilha, 2008.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

- MARTINIÈRE, Guy. Geopolítica do espaço português da América: o Estado do Maranhão. In: MAURO, Frédéric (coord.). **O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)**. Vol. VII. Lisboa: Estampa, 1991.
- MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2ª ed. Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
- MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro, RJ: Editorial Alhambra, 1987 [1759].
- PESEZ, Jean Marie. **História da cultura material**. In: Le Goff, Jacques. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- PILETTI, Nelson. **Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. 1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2105.
- PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. **Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão**.
- PROUS, Andre. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.
- SABALA, Viviane Adriana. Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”. Revista Mauseion – Volume 1 (Junho/2007), pp.
- SILVA FILHO. Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão**. 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal** – 8ª edição. São Paulo: Siciliano, 2001 [1624].
- SOUZA, José Coelho de. **Os Jesuítas no Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). **HISTÓRIA da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SPIX, Johann Baptisti Von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. 4 ed. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 vol.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2000.
- VIGOTSKII, Lev Semenovich. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem** (tradução de: maria da Pena Villalobos). – 14ª edição – São Paulo: ícone, 2016.

SOBRE OS AUTORES

SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS, Possui Pós Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa, Doutorado em Políticas Públicas em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (2004), Mestrado em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999), Especialização em Historiografia Brasileira e Regional, pela Universidade Federal do Maranhão (1988) e Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1978). Atualmente é professora Adjunta do Departamento de História e Geografia e do Mestrado Profissional História, Ensino e Narrativas, da Universidade Estadual do Maranhão. É integrante do Grupo de Pesquisa Ensino de História: linguagens e formação docente e discente (EnsinaHistória), na linha de pesquisa Saberes históricos do espaço escolar, e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Educação do Maranhão (NUPEGEM), coordenando a linha de pesquisa Educação e História da Educação. Desenvolve atividades de ensino e pesquisa nas áreas de História e Educação, com pesquisa nos temas da história e historiografia do Maranhão, com destaque para a Balaiada, e no campo da história da educação, com pesquisas na área de políticas educacionais, estágio curricular, ensino de história, gestão democrática, com destaque para o projeto político-pedagógico e a a gestão colegiada.

JÚLIA CONSTANÇA PERERIRA CAMELO Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é professora Adjunto IV da Universidade Estadual do Maranhão, e do PROFHISTORIA-UFMA atuando principalmente nos seguintes temas: cultura popular, Literatura de cordel, bumba meu boi, sociedade, história do Maranhão, ensino, educação patrimonial e estágio supervisionado no ensino fundamental e médio.

MARIA JOSÉ DOS SANTOS Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão do Maranhão - Colegiado de Ciências Humanas/ Sociologia - Campus III - Bacabal/MA. Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia Hab. Educação de Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (1991). Mestrado acadêmico em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2009); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2016). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Fundamentos da Educação; Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias digitais, Cotidiano escolar e trabalho docente; violência (s) escolar e (IN) disciplina. Membro de projeto de pesquisa com ênfase em análise de periódicos maranhenses. Coordena projeto de pesquisa na área de tecnologias digitais e ensino de História na Educação Básica; membro do Grupo de Pesquisa Escrita e Produção e de Saberes (GEEPS). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em políticas de Formação e de Trabalho Docente (GEPP- Fortrad). Professor permanente do Mestrado profissional em História (PROFHISTÓRIA).

VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (2005), mestrada em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) pela Universidade Federal da Bahia (2007) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2013). Atualmente, é professora da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, e do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. É professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UEMA. Atua em projetos de pesquisa e extensão com temas ligados à mobilização rural, identidades e relações de gênero no Maranhão. Também tem pesquisas e projetos de extensão no campo dos Estudos Africanos, especialmente sobre relações de gênero, movimento de mulheres e questões agrárias na África do Sul, e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA). Também coordena o Grupo de Pesquisa Gênero, Identidades e Movimentos Sociais (GEIMS), vinculado ao Núcleo de Pesquisa Mulheres, Gênero e Sociedade: Memória, Escrita e Ensino de História, sob sua coordenação. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br).

MARY ANGÉLICA COSTA TOURINHO Possui doutorado em História Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015), tem graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2008). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí, da graduação e do Mestrado Profissional em História (PROFHISTORIA). Tem experiência na área de História, com ênfase em Contemporaneidade, Educação, Gênero, Ensino e Teoria. É coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Política História, identidades, cultura e Contemporaneidade (LAPHIC), com a linha de pesquisa Culturas e Identidades Contemporâneas- GECIC.

MARCELO PAGLIOSA CARVALHO Graduado em História (2000), Mestre (2006) e Doutor (2011) em Educação pela Universidade de São Paulo. Realizou Pós-Doutoramento (2017) em História da África na Universidade de Lisboa. É Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Campus São Luís). Idealizador e docente da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA, curso pioneiro no país. É professor do Mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFMA) Coordenador local do Acordo de Intercâmbio, no âmbito dos Estudos Africanos, realizado pelo Centro de Ciências Humanas da UFMA e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Coordena o Projeto de Pesquisa “Pós-graduações em Estudos Africanos: subsídios à construção da proposta de Mestrado em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros na Universidade Federal do Maranhão”. Membro do Projeto Internacional de Pesquisa “Producing knowledge about and for Africa in Germany and Brazil” (Leipzig University e UFMA). Integra o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global - NEÁFRICA. Coordenou o Projeto de Extensão

“Relações étnico-raciais nos currículos escolares” e o Projeto Interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) “Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Lecionou História (2002-2008) e atuou como coordenador pedagógico (2008-2011) na Rede Municipal de Educação de São Paulo. Participou da coordenação do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo (2000-2008). Participou da criação e atuou como professor do curso de alfabetização de jovens e adultos do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo (1998-2001). Foi educador e coordenador do Centro de Educação e Organização Popular (1998-2001). Principais temas de discussão: Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras; educação para as relações étnico-raciais; educação para a diversidade; políticas públicas e financiamento da Educação; Literatura Africana e Afro-Brasileira.

TANIELLE CRISTINA DOS ANJOS ABREU, Doutoranda em Administração de Organizações na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo FEARP-USP. Graduada em Administração e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e feminismos (GERAMUS); 1º lugar do Prêmio Ser Humano 2019 da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Maranhão (ABRH-MA) no Congresso Maranhense de Recursos Humanos - COMARH 2019 com o projeto “Políticas de Diversidade Racial e de Gênero nas Empresas Maranhenses”; Presidiu o Centro Acadêmico do curso de graduação em Administração - CAAD, o qual a mesma teve a iniciativa de reativar. Participou do Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estudos Organizacionais (GPPDEO) na Universidade Federal do Maranhão (2018). Estagiou no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Seu interesse de pesquisa é, principalmente, nos seguintes temas: Gestão de Pessoas, Gestão da Diversidade & Inclusão, Sustentabilidade Social, Estudos Organizacionais, Mercado de Trabalho, Raça e Gênero.

MARIZE HELENA DE CAMPOS, Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória - UFMA) Área de concentração: Ensino de História - Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. Possui graduação em História pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC, mestrado em História Social e doutorado em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH / Universidade de São Paulo - USP. Realizou Doutorado Sandwich - SWE - CNPq e Estágio Pós Doutoral - CAPES no Instituto de Ciências Sociais - ICS da Universidade de Lisboa - UL. Em 2017, permaneceu como Investigadora Visitante no Centro de Humanidades (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Centro no qual, desde 2020, passou a integrar o corpo de Investigadores Correspondentes vinculada ao Grupo de Investigação “Cultura, história e pensamentos ibéricos e ibero-americanos”. Desenvolve atualmente o Projeto de Pesquisa ?Mulheres no

santo ofício: elementos para a compreensão do trabalho feminino nos séculos XVI e XVII em Lisboa segundo a documentação inquisitorial?. Suas áreas de atuação versam especialmente sobre História das Mulheres, História da Inquisição e Ensino de História.

ADRIANA REGINA OLIVEIRA COELHO, Professora de História da Rede Privada de Ensino. Mestranda em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA- Universidade Federal do Maranhão- UFMA Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Metodologias de Ensino e Aprendizagem de História (GEPMEAH). Licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Integrou o Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO). Foi bolsista PIBIC/FAPEMA (2013-2014) no projeto “Posse, comércio e circulação de impressos a partir dos anúncios nos jornais ludovicenses (1831-1841)”.

ROGÉRIO DE CARVALHO VERAS Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis (2018), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (2008), graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2005) e em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2011). É professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFMA/ Imperatriz-MA), do Mestrado Profissional em Ensino de História (UFMA/ São Luís-MA) e do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia (UFMA/Imperatriz-MA). Desenvolve pesquisas na área de Memória e Biografia, História e Antropologia da Religião com ênfase no protestantismo. Áreas de interesse e atuação profissional: História, Biografia e Memória, História do Protestantismo, História do Maranhão, Antropologia da Religião. Coordena o grupo de pesquisa MensMemini: Religião, Memórias e Trajetórias (UFMA). E integra os grupos de pesquisa REHCULT: História, Religião e Cultura Material (UFMA) e MEMENTO - Espaço Biográfico e História da Historiografia (UNESP/ASSIS).

LARISSA ARYANE LIMA ARAÚJO, Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia (UFMA), e membro/bolsista PIBIC do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI-UFMA) desde 2018, onde desenvolve pesquisas e estudos sobre grupos urbanos, fenômenos sociais e processos de sociabilidade na cidade de Imperatriz-MA.

ANTÔNIA DA SILVA MOTA, Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestrado (2001) e doutorado (2007) em História pela Universidade Federal de Pernambuco, pós doutorado NEPO/UNICAMP (2015). Atualmente é professora associada do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, coordenadora do Mestrado em Rede PROFHISTORIA/UFMA e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Educação Básica/UFMA. Possui experiência na área de História do Maranhão, História das populações e da Família, com a utilização da Demografia Histórica. Com projeto de pesquisa intitulado Cultura Material, Patrimônio histórico e Ensino. Membro do NEÁFRICA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre a África e o Sul Global (CNPQ) e do grupo

de pesquisa História & Demografia (CNPQ)

2 Possui graduação em História/Licenciatura (2019) e em Ciências Econômicas, ambos pela Universidade Federal do Maranhão (2002). Tem experiência na área de ensino e pesquisa, atuando principalmente no seguinte tema: HISTÓRIA ARQUEOLOGIA ENSINO

SOBRE OS ORGANIZADORES

WASHINGTON TOURINHO JÚNIOR é professor adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Integra o Corpo Docente Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), fazendo parte do Grupo de Pesquisa “Ensino de História: Linguagens e formação Docente e Discente”. Possui graduação em História e mestrado em Educação pela UFMA e doutorado em História Social pela Universidade Estadual Paulista. Coordena o Grupo de Estudos Intelectualidade, Cultura e Decolonialidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da História, Metodologia do ensino de História, Prática e Análise do Livro Didático, atuando principalmente nos seguintes temas: Decolonialidade, educação, teoria, análise de discurso prática de leitura, cultura histórica e relação saber/poder.

TELMA BONIFÁCIO DOS SANTOS REINALDO Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1980), Especialista em Teoria e Produção do Conhecimento Histórico e Docência e Tutoria em Educação à distância pela Uemanet- São Luis - Maranhão e doutorado em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas - Universidade de Havana - Cuba (2005). Título de Doutora em Ciências da Educação reconhecido no Brasil pela Universidade de Brasília - UNB. Atualmente é professora Associada da Universidade Federal do Maranhão além de participar de Bancas de Mestrados e Doutoramentos em instituições portuguesas como Universidade Fernando Pessoa - UFP, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT e Universidade da Madeira - UMa. Desenvolve atividades didático pedagógicas em Ciências Humanas e Sociais atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história; parâmetros curriculares; livro didático; estrutura e funcionamento da educação básica e do ensino superior, competências e habilidades na formação de professores; reforma curricular; formação docente, pesquisa e extensão, metodologia da pesquisa, tecnologias da informação e da comunicação - TIC, Gestão supervisão e orientação escolar e educação comparada. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão - UFMA atua nos Departamentos de História e de Educação I e II, na docência e coordenação dos estágios em licenciatura e bacharelado. Coordena o Programa de Formação de Professores em História-PARFOR. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ensino de História: Linguagens e Formação Docente e Discente (ENSINAHISTÓRIA). Professora permanente do ProfHistória - Mestrado Profissional em História -UFMA/São Luís. Vice Coordenadora do ProfHistória-Mestrado Profissional em História da UFMA e participa do Grupo de Pesquisa Ensina História.

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022